

18/5/1984

Tabela de tarefas evita conflitos em PE

O cenário seria, de princípio, o de um campo fértil para a violência. De um lado, 200 mil trabalhadores rurais, empregados na lavoura da cana de açúcar, herdeiros de uma tradição de luta que ganhou manchetes internacionais com as ligas camponesas, na década de 60. Do outro, 8 mil patrões, entre usineiros de açúcar e de álcool e fornecedores de cana.

No entanto, não há guerra, apesar das constantes denúncias de pressão contra os trabalhadores e espancamento de uma dezena deles, nos últimos meses, por capangas dos fornecedores de cana. O que evita os 315 quilômetros quadrados da zona canavieira pernambucana, uma das regiões mais pobres do Brasil, se transmutar numa explosiva Guariba? "É um único instrumento: uma tabela de tarefas para todo trabalhador rural da cana de açúcar, com remuneração especificada em convenção coletiva de trabalho, reajustada semestralmente", enfatiza o advogado Romeu Cavalcanti da Fonte, assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape). "Sem a tabela, que fixa quanto cada trabalhador deve ganhar por determinada tarefa de produção, a zona canavieira do Estado estaria em permanente convulsão social".

Um trabalhador na cana ganha hoje em Pernambuco um salário mínimo mensal de 111.125,06 cruzeiros, para uma jornada diária média de seis horas. Esse piso será corrigido em 8 de outubro, data-base do dissídio coletivo da categoria, e outra vez reajustado em 8 de abril de 1985, quando se completa o semestre. Pernambuco é o único Estado do Brasil a ter uma convenção coletiva para os trabalhadores rurais.

Greve geral

Em 1962, o então governador Miguel Arraes promoveu o primeiro acordo entre usineiros, fornecedores de cana e trabalhadores, para a fixação de uma tabela de tarefas. mas a partir de 1965, usineiros e fornecedores de cana passaram a descumprir sistematicamente todas as cláusulas acordadas, com apoio da repressão policial dos novos governos. Essa situação — com toda carga de violência que trouxe embutida — perdurou até 1979, quando a Fetape, depois de uma paciente reorganização de suas bases, aglutinou forças suficientes para decretar uma greve geral na zona canavieira e partirem para uma negociação com os patrões.

"Outubro de 1979 significou a reconquista do 1º de maio para os trabalhadores da cana de Pernambuco", acredita o advogado Romeu Cavalcanti da Fonte. "A mobilização se deu no momento exato, quando o País começava a respirar uma nova atmosfera política e existia carência de mão-de-obra na zona canavieira". A greve durou 8 dias, com mortes, espancamentos e acusação de radicalização de lado a lado. Pressionados e surpreendidos, os patrões terminaram chegando a um acordo.

Há um mês Romeu da Fonte se reuniu com Almir Pazzianotto, secretário do Trabalho de São Paulo, e lhe externou sua preocupação com o excesso de mão-de-obra nas zonas canavieiras de São Paulo e de Pernambuco. , por conta da recessão econômica. "Como não há uma tabela em São Paulo, para garantir o mínimo de remuneração, os "gatos" e os patrões se aproveitaram da situação para aumentar as tarefas. A explosão de Guariba, na verdade, só surpreendeu a quem não tinha conhecimento das condições de vida e de trabalho dos bóias-frias", diz Romeu da Fonte.